

MP 1031

Efeitos e impactos da Capitalização da Eletrobras na Economia Brasileira

O que já saiu na mídia
(clique nas imagens para ler a íntegra)

31/05/21

Artigos

- Elena Landau
- Zeina Latif
- Edvaldo Santana
- Paulo Rabello de Castro
- José Roberto Mendonça de Barros
- Maurício Tolmasquim e Nelson Hubner
- Paulo Pedrosa
- Marcos Lisboa

ELENA
LANDAU

E-MAIL: ELENA.LANDAU@EUSOULTVRES.ORG

Senhor juiz, pare agora

O relatório da MP que trata da capitalização da Eletrobrás, previsivelmente, gerou um modelo desastroso. Foram tantos jabutis que acabou derrubando a árvore.

Não há absurdo maior do que vender uma empresa tão importante por medida provisória.

Mudanças que normalmente passariam por um processo de consulta pública e análise técnica foram feitas na canetada, atendendo a lobbies poderosos. O mais óbvio, a exigência de contratação de fontes específicas: além das questionáveis térmicas inflexíveis, há cotas para pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Bateu na trave na votação da Lei do Gás, mas emplacou agora. Não se pode negar, Lira hon-

ra seus compromissos.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) faz o planejamento do setor e programa leilões com base na declaração de demanda das distribuidoras — hoje sobrecontratadas em função da pandemia. É uma função do Executivo. Desde 2004, há concorrência nos leilões entre fontes de energia, com objetivo de reduzir tarifas. E, quando necessário, a EPE coloca mais térmicas na matriz, inclusive, com maior inflexibilidade. Não por acaso, o País passou de uma matriz predominantemente hídrica para hidrotérmica na última década.

Em 90 dias de pouca reflexão, e muita pressão, o relator reverteu a lógica de operação do setor. Numa canetada, definiu local, quantidade e fontes de energia. Sobrou para os consumido-

res, que vão pagar caro pela intervenção indevida. O mais intrigante é que a ideia original da capitalização era usar os recursos para abater os valores dos encargos da CDE e, assim, reduzir tarifas. Acabou virando objetivo secundário. O principal é atender os amigos. Com a reserva de mercado para térmicas e PCHs, além de gasodutos e obras desnecessárias, ganham poucos e perdem muitos. O tema nada tem a ver com a MP, por isso, sua impugnação dever ser feita no Senado.

Antes de a MP ser publicada, escrevi

Todos querem uma foto com o martelinho na mão. Ai o setor desanda e culpam a privatização

uma coluna intitulada *Pau que nasce torto, morre torto* falando dos problemas do PL 5.877/2019, que tratava dessa mesma operação de capitalização da Eletrobrás. Destaquei a falta de debate sobre o modelo de venda escolhido e o perigoso precedente de delegar ao Congresso a sua avaliação técnica, prerrogativa do Executivo.

Os vícios de origem no projeto de lei, revogado pela MP, só foram amplia-

dos. A capitalização da Eletrobrás está na pauta desde 2018. Ao longo desses três anos não foram disponibilizados os estudos que deram base ao projeto proposto por Temer e, reapresentado por Bolsonaro, praticamente sem mudanças. As discussões sobre a modelagem foram descartadas. Avallar alternativas atrasaria ainda mais a venda. A pressão no discurso não se refletiu em empenho do governo.

Dormindo nas gavetas do Congresso por anos, de repente, a capitalização virou urgente. A desculpa é que a Eletrobrás vem perdendo significância. A ótica da empresa prevaleceu sobre a ótica do setor. Prova disso é que não se tratou do seu poder de mercado.

Sua presença relevante na geração de energia no País, indevida mesmo para uma estatal, será transferida aos controladores privados. E a democratização do capital não resolve a questão.

Muito mal redigida, a sugestão do relator de dar poderes à Aneel para intervir em caso de abuso de poder econômico foi descartada. A agência deve zelar para promover a competição e eficiência no setor, não precisa de nova lei para isso. Mas a competência de investigação e punição de abusos é dos

órgãos de controle da concorrência, como o Cade. E ele pode intervir sempre que achar que houve abuso de posição dominante, como faz em diversos setores da economia. No limite, pode, inclusive, obrigar a cisão de ativos. Bom, que os investidores tenham isso em mente.

Nem o Ministério de Minas e Energia nem a Aneel parecem preocupados por terem sido atropelados em suas funções. Deram apoio público ao relatório Frankenstein. Melhor se tivessem ficado calados. O fato é que não há ninguém zelando pelos consumidores.

Para este governo o que importa não é vender bem, é vender rápido. Tá todo mundo louco por uma foto com martelinho. Ai o setor desanda e a culpa será da privatização.

Sempre fui da opinião que o melhor cenário era deixar essa MP caducar. Agora é tarde. Se a qualidade desse processo é indicativa do que serão as reformas que estão na agenda, melhor não fazer nada. Por favor, parem agora.

*
ECONOMISTA E ADVOGADA

SEB. Luís Carlos Trabuco Cappi (quizenalmente) | TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Denis Getchko (quizenalmente) | QUA. Fábio Alves | QUL. Adriana Fernandes | SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quizenalmente) e Pedro Doria | SAB. Adriana Fernandes | DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quizenalmente) e Alfonso Celso Pastore (quizenalmente); Paulo Leite (31 domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

ZEINA
LATIF
globo.com.br/economia
economia@globo.com.br


Pior a emenda que o soneto

Os consumidores precisam contar com o fornecimento perene de energia elétrica e a preço justo. Isso requer ambiente competitivo entre as empresas do setor elétrico; regulação adequada para estimular o investimento e para proteger o consumidor de abusos; e planejamento para garantir fontes de energia alternativa, adequadas a cada região do país, conforme as suas vantagens naturais.

A privatização da Eletrobras deveria se inserir nesse objetivo, principalmente pelo seu peso no setor (responsável por 1/3 da oferta de energia) e sua incapacidade de manter um nível adequado de investimento — tem sido da ordem de R\$ 3 bilhões ao

ano ante uma necessidade de R\$ 15 bilhões, segundo a empresa. No entanto, o projeto de lei de conversão aprovado pela Câmara peca em várias frentes, incorporando assuntos estranhos à matéria (“jabutis”), sem amparo técnico, e levando para o Legislativo uma função de planejamento que é do Executivo.

O projeto está mais focado em atender (inadequadamente) lobbies do que em beneficiar a coletividade, pois produz reservas de mercado e cria distorções que resultam em energia mais cara. E ao impor tantas exigências à Eletrobras, reduz potencialmente a receita da privatização para os cofres públicos.

Em que pese a necessidade de prover segurança na oferta de energia, este é um assunto do poder público, com soluções técnicas. Vale citar que os problemas atuais de reservatórios vazios não serão resolvidos pela medida, até porque a maturação de investimentos é longa.

É compreensível a utilização de políticas governamentais (temporárias) para promover o desenvolvimento de novas tecnologias. Essa foi a justificativa para o Proinfa (Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica), criado em 2002 para estimular o investimento em pequenas centrais hidrelétricas (PCH), biomassa e eólica. Pagou-se mais caro por essa energia com o intuito de inserir essas fontes na matriz energética,

para sua diversificação. Passados 20 anos, esses segmentos atingiram maturidade. Mesmo assim, o programa será renovado por mais 20 anos, a preços tabelados em muitos casos superiores aos do mercado livre. Um peso sobre a Eletrobras e os consumidores.

O projeto também obriga a empresa a contratar, nos próximos anos, energia de termelétricas a gás natural com operação (em grande medida) ininterrupta e de

O governo, focado em 2022, terceiriza ao centrão uma medida tão importante quanto a privatização da Eletrobras

PCHs. Pior, motiva a implantação de térmicas e gasodutos no NO, NE e CO, em conflito com o marco regulatório do gás natural recém-aprovado, que define o investimento onde há valor econômico. O especialista Edvaldo Santana aponta, por exemplo, que não convém fazer térmicas no Norte, uma região exportadora de energia, com limites de despacho e distante da fonte do recurso natural.

Investimentos em gasodutos precisam ser bem delimitados, não apenas para evitar projetos inadequados, mas também por conta da transição energética para energias mais limpas, que tende a acelerar e os tornará inviáveis no médio-longo prazo. De quebra, ferir os princípios ESG pode vir a ser mais um fator a reduzir o interesse do setor privado pela empresa.

Aliados do governo fecham os olhos para o ônus sobre o consumidor e até afirmam que haverá benefícios, pois a receita da privatização contribuirá para reduzir tarifas de energia. Não é bem assim. Inclusive, parte dos recursos será utilizada para a recuperação de bacias hídricas (como as do São Francisco e do Parnaíba). A propósito, seria melhor constituir um fundo desses recursos e utilizar os fluxos de seu rendimento para projetos específicos, já que são despesas de caráter permanente.

Esses jabutis já haviam sido, não à toa, rejeitados pelo Congresso em projetos anteriores. Mesmo assim, o presidente da Câmara, Arthur Lira, impediu o necessário debate nas comissões. Ao mesmo tempo que agrada aliados e grupos organizados, passa a suposta imagem de reformista, ocultando que se trata de uma medida ruim.

Os ministérios envolvidos se omitem em apontar os problemas e, a julgar por declarações recentes de Paulo Guedes, seu foco é a reeleição de Bolsonaro, prometendo ir “para o ataque”. São lados da mesma moeda. O governo, focado em 2022, terceiriza ao centrão uma medida tão importante. O ambiente está propenso a mais desvios. Todo o cuidado é pouco nas discussões de outras reformas, como a tributária.

O Senado não deveria se omitir.

Medida provisória da Eletrobras é um caso raro de jabutis que já nasceram nos galhos. Por **Edvaldo Santana**

Eletrobras: triturada e tratorada

Fiz parte dos meus estudos básicos na Escola Industrial de Sergipe. Lá ficou da 7 à 17h. No período da tarde, as aulas eram de matemática, mecânica, eletricidade e artes gráficas. Sim, artes gráficas. Tinhamos que sair com uma profissão. Gostava das aulas de matemática. Recordamos um desenho, pedaços de madeira e instruções precisas sobre o uso das ferramentas. No mesmo dia teríamos que reproduzir o objeto desenhado. Os professores iam de bancada em bancada. Usavam um código para alertar sobre qualidade do produto: "Cuidado para não estragar a peça".

A Eletrobras, de relevantes contribuições ao setor elétrico, há 20 anos é triturada. A fase mais aguda iniciou com as sucessivas federalizações de estatais aparelhadas. Por muito tempo o consumidor pagará, sob a forma de aumentos das tarifas, o custo das falsas bondades políticas.

Em 23 de fevereiro, o presidente da República desceu a rampa e foi ao Congresso entregar a Medida Provisória (MP) 1031, que trata da privatização da Eletrobras. Última iniciativa, mesmo que a forma (uma MP) seja discutível. Dias antes, o presidente esbraveçou que iria meter o dedo na energia elétrica, como já o fizera na Petrobras. Os efeitos sobre o valor da empresa foram imediatos. A privatização, por gerar expectativas positivas, reverteu o pessimismo.

Porém, a MP da Eletrobras, depois das emendas, agravará as distorções de custos, além dos inúmeros desvios de finalidade. Mesmo no original, a MP trazia uma série de idiossincrasias, o que explica o recorde de 570 emendas. É um caso raro de jabutis que já nasceram nos galhos da MP. São bilhões de obrigações para a nova Eletrobras. De saída, R\$ 7 bilhões seriam destinados à recuperação da Bacia do rio São Francisco e reservatórios de Fumas. Dois terços da grana ficaria sob influência da Codevasf, aquela dos tratores que brotaram do orçamento paralelo, mas gerenciado por indicados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Dessa mesma fornada, R\$ 2,95 bilhões iriam para uma es-

tranha redução dos custos de geração na Amazônia Legal, eufemismo para a perpetuação do uso ineficiente do óleo para a termelétrica.

E não faltará dinheiro para outras peripécias. Como em 2023 encerrará o pagamento da dívida de Itaipu, com bom potencial de redução dos custos, grande parte dos benefícios esperados será drenada, novamente, para a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.

MP, depois das emendas, agravará as distorções de custos, além dos inúmeros desvios de finalidade

No cumbulo, veio a obrigatocidade de expansão da capacidade instalada por meio de termelétricas a gás natural. São usinas, apelidadas de infelizes, seriam acionadas na base, como se fossem hidrelétricas com reservatórios. O Relator, no papel de Deus, tentou definir até o local onde seriam construídas. Desperos que termelétricas devem ser implantadas próximas do centro de carga, para evitar novos custos de transmissão. 62% do consumo de eletricidade estão na região Sudeste, candidata natural para receber as usinas, e onde já tem gás e malha de escoamento. Contudo, até na região Norte, que já exporta 75% da energia produzida, podem ser implantados mais 2.000 MW de usinas a gás natural. Inracionalidade perfeita.

É notório o crescimento da participação das fontes intermitentes, como a eólica e a solar, em proporção bem maior que as fontes de energia firme. Isto sugere vulnerabilidade do suprimento e necessidade de mais termelétricas. Contudo, o design de um mix ótimo de fontes, e como elas serão usadas, requer profundos estudos técnicos e econômicos (não citados pelo Relator), que passem longe do simples subsídio ao crescimento da rede de gasodutos.

É evidente que os recursos energéticos serão alocados de forma ineficaz. No Norte, isto acontecerá todos os anos. Entre janeiro e maio já não há como gerar e transportar toda energia de

Tucuruí e Belo Monte. Joga-se água pelo vertedouro. Agora, também teremos "vertimento" de gás – ou de dinheiro, pois o gás será pago mesmo que a molécula não gere 1 kWh.

Um aspecto positivo do setor elétrico é o pioneirismo do investimento privado na construção de pequenas centrais hidrelétricas. No entanto, se o sistema fica inseguro com a expansão via fontes intermitentes, a motivação para tornar compulsória a aquisição de energia dessas pequenas usinas, que não possuem reservatórios e estão no Centro-Oeste, deveria ser a segurança energética. Não se conhece qualquer documento do planejador ou operador do sistema que respalde a necessidade dessa contratação. O mesmo vale para as usinas do Pronda. A proteção compulsória dos contratos, sob o argumento de que compensaria o uso do IGPM, deveria ser uma iniciativa da Aneel, de quem não há uma mísera Nota Técnica sobre o tema.

O Relator foi prodígio ao sugerir que a maior parte do dinheiro que iria para a Conta de Desenvolvimento Energético seja alocada para os consumidores cativos. Ora, se o objetivo era equilibrar o jogo entre livres e cativos, bastaria determinar que todos os consumidores fossem transformados em livres, esta, sim, uma atitude oportuna e eficaz.

Retorno ao texto de introdução deste artigo. Na ata de reunião da Escola Industrial, o Relator da MP recebeu desenhos de ambulâncias, mas, por alguma razão, montou um trator, que já vem com legendas: infelizes, mais subsídios e serviços de ineficiência. Não seguiu o alerta do professor e, assim, imobilizou a MP 1031, que já não era lá essas coisas.

A MP da Eletrobras aperfeiçoou os erros da MP 579, que pretendia corrigir. A boa ideia foi tratorada por interesses espúrios. Em verdadeiro anticlimax, sairá do tamanho de uma MP da Codevasf, talvez sua denominação mais apropriada. É prudente que o governo desista da MP. Do contrário, o estrago será irreparável.



Por **Edvaldo Santana**

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

Porém, a MP da Eletrobras, depois das emendas, agravará as distorções de custos, além dos inúmeros desvios de finalidade. Mesmo no original, a MP trazia uma série de idiossincrasias, o que explica o recorde de 570 emendas. É um caso raro de jabutis que já nasceram nos galhos da MP. São bilhões de obrigações para a nova Eletrobras. De saída, R\$ 7 bilhões seriam destinados à recuperação da Bacia do rio São Francisco e reservatórios de Fumas. Dois terços da grana ficaria sob influência da Codevasf, aquela dos tratores que brotaram do orçamento paralelo, mas gerenciado por indicados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Dessa mesma fornada, R\$ 2,95 bilhões iriam para uma es-

A MP da Eletrobras aperfeiçoou os erros da MP 579, que pretendia corrigir. A boa ideia foi tratorada por interesses espúrios. Em verdadeiro anticlimax, sairá do tamanho de uma MP da Codevasf, talvez sua denominação mais apropriada. É prudente que o governo desista da MP. Do contrário, o estrago será irreparável.

Edvaldo Santana é Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

Edvaldo Santana é Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel



PAULO RABELLO DE CASTRO

6 O perigo que ronda a crise é o governante da hora romper com o futuro e acelerar em direção ao passado. (...) A situação no campo ambiental fala disso*

PAULO RABELLO DE CASTRO É ECONOMISTA

Eletrobras: privatização ou privatária?

A Câmara dos Deputados aprovou nesta semana uma medida provisória para deflagrar a privatização do sistema elétrico brasileiro, que se acha debaixo do CNPJ da Eletrobras. Será venda fatiada, porque precedida por cisão de Itaipu Binacional e das usinas termoeletrônicas. O que está em jogo é a perda do controle, pela União, que é hoje exercido em conjunto com o BNDES. Ao colocar novas ações à venda, não subscritas pelo Tesouro Nacional nem pelo BNDES, tal 'capitalização' da Eletrobras por novos acionistas privados formará uma nova maioria de votos no Conselho de Administração da empresa.

E quanto vale esse novo controle? O mercado não sabe direito. Depende do valor futuro dos ativos que ficarão na nova Eletrobras (sem Itaipu e Angra). Depende das novas regras de cobrança de cada megawatt gerado, se mercado regulado ou livre. Depende, ainda, do crescimento da própria economia, bem como da demanda futura por energia elétrica, que promete ser a grande alternativa aos combustíveis fósseis. Por quantos bilhões você pensaria em vender esse ativo?

Nesse mar de incertezas, um Congresso atolado em maelas políticas, CPIs e disputas com o Supremo resolve correr para 'privatizar' o conglomerado elétrico mais relevante do país.

Privatizar para quem? Os prováveis comprador

es serão estatais ou fundos de pensão públicos de outros países, tendo China à frente de todos. Não deixa de ser trágico que um governo tão sensível à atuação do governo chinês no episódio da COVID e das vacinas seja o mesmo que forma maioria no Congresso para viabilizar um leilão cujo resultado provável será o domínio de empresas e fundos estrangeiros sobre nosso futuro energético. Mal explicado e incompatível com o perfil do presidente e de seus aliados patriotas.

Fecha a cortina. Não obstante quem venha a dar as cartas na Eletrobras, certo é que praticamente nenhum deputado votou com mínimo conhecimento de causa. Agora, o projeto segue para o Senado, presidido por uma figura de estatura intelectual. Será que Rodrigo Pacheco sabe o que ele e seus colegas estarão autorizando vender? Há duas questões essenciais nessa 'privatização', além do problema já apontado da perda de comando sobre o processo energético do país. Um deles é o da futura 'precificação' das contas de energia. Em português, os consumidores pagarão a conta dos futuros investimentos. Como sempre pagaram, aliás, já que toda a geração energética estatal do Brasil decorre de tributos, empréstimos compulsórios e 'adicionais' invisíveis nas contas de energia, por décadas a fio.

Portanto, foi poupança forçada em cima do

boio de nossos pais, avós e bisavós, donos da Eletrobras, que já morreram, nos deixando este pecúlio energético que será alienado por decisão notívaga de representantes desatentos. Antes de perpetrar a entrega, é essencial que o Senado estude o IMPACTO de sua decisão sobre os bolsos dos brasileiros, atuais e futuros consumidores, e também que se reflita sobre o VALOR PERDIDO se tal venda resultar, um ou dois anos à frente, numa surpreendente valorização do ativo num múltiplo superior a cinco, talvez dez vezes, o valor apurado nesta venda de fim de feira do governo.

Qual regra autoriza o Congresso a abdicar dos valores embutidos nessa transação bilionária?

Há, por exemplo, valores ainda a amortizar sobre o investimento nas usinas de geração e nas linhas de transmissão. Tais valores foram calculados em função de outra MP, de número 579, do governo Dilma. Sempre as apressadas MPs, deliberando mal sobre bilhões e trilhões.

Nesse caso, a 579 incorreu em falha clamorosa de avaliação dos valores a amortizar. Avaliou para muito menos. Enquanto presidente do BNDES, tentei alertar o TCU sobre a polêmica, mas sem sucesso aparente. No Brasil, não gostamos de prevenir. Preferimos debater sobre as vestes dos mortos, como no patético espetáculo da CPI da COVID. Teremos, no futuro, outra CPI para apurar a

venda ruinosa da Eletrobras. Nesse futuro, parlamentares patriotas e televisivos deitirão falação e muitos lembrarão, tardiamente, de chamar essa privatização de 'privatária', como já se alcunhou o processo de venda de estatais no passado.

Só que, privatização ou privatária, o tempo certo de refletir antes de deliberar já terá passado. Vários atores já estarão mortos. O Brasil terá continuado pobre e desatento. As tarifas nas contas de luz já terão subido. O valor dos ativos alienados já será muito mais alto e inacessível ao investimento por brasileiros comuns, como os segurados do INSS. Sim, esses mesmos segurados do INSS que, um dia, já foram 'donos' da velha e boa Eletrobras. Triste é o país cujo povo trabalha para construir um patrimônio cujo valor de alienação não reflete, minimamente, nem o suor da camisa de quem realizou a grande obra nem uma previsão razoável do futuro brilhante que teríamos pela capitalização coletiva desse patrimônio para seus verdadeiros donos.

(* Paulo Rabello foi presidente do BNDES (2017-18). Contribui quinzenalmente aos sábados.

O termo 'privatária' foi empregado no título do livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr. "A privatária Tucana".



Favoritos

JOSÉ ROBERTO
MENDONÇA DE BARROS



Reformas à moda do Centrão

José R. Mendonça de Barros

Grande animação quanto ao futuro da economia brasileira é um pouco prematura e algo exagerada.

Muitos analistas e observadores passaram a expressar uma grande animação quanto ao futuro da economia brasileira, especialmente devido à resiliência mostrada nos primeiros meses do ano. Várias das projeções de crescimento para 2021 foram revisadas para 4% ou mesmo 5%.

Além disso, há bastante otimismo quanto ao avanço das reformas e da agenda infraconstitucional. Creio que essa visão seja um pouco prematura e esteja algo exagerada.

Comecemos pela agenda de reformas. Sem dúvida, é verdade que algumas

medidas aprovadas tiveram mérito e produziram efeitos significativos. Falo aqui, por exemplo, da reforma da Previdência. Entretanto, é preciso lembrar que boa parte da discussão relevante se deu no governo Temer, e que o atual governo queria mesmo um regime de capitalização. Além disso, interferiu para garantir a proteção de várias corporações do setor público, assim tornando o projeto bem menos abrangente, embora ainda positivo.

Também merece lembrança a aprovação da nova Lei de Falências, do marco regulatório do gás e a nova Lei do Saneamento, debaixo da qual ocorreu a privatização da Cedaes, este sim um projeto de grande importância.

Entretanto, nem todos os sucessos são o que parecem ser. Menciono a seguir três casos bastante relevantes, começando pela PEC emergencial.

Depois de um bom tempo no Congresso, o texto foi sendo aguado, até que, na prática, a nova emenda não significou nada de expressivo, restando apenas o rótulo de "reforma". Isso porque os gatilhos que eram parte central da ideia original ficaram redigidos de uma forma que não serão relevantes antes de 2024 ou mais. Além disso, a redução dos incentivos tributários, na prática, desapareceu do texto, pois o governo tem apenas a obrigação de mandar um plano de redução em até seis meses, sem qualquer obrigação de executá-lo.

Finalmente, o próprio limite de gastos extrateto, de R\$ 45 bilhões para cobrir a ajuda emergencial, já foi totalmente ultrapassado por decisões subsequentes que criam, via MPs, créditos extraordinários. De sorte que o extrateto hoje já ultrapassa os R\$ 100 bilhões. Nada mais longe do que "a maior reforma fiscal dos últimos 20 anos", como apregoou o Ministério da Economia.

O segundo exemplo que merece ser mencionado é o que está por trás da autorização para a privatização da Eletrobrás, conhecido no jargão jornalístico como "jabuti". O projeto obriga as autoridades do setor a construir 6 mil MW de térmicas a gás inflexíveis, em regiões distantes da fonte do produto, o que impõe a construção de muitos gasodutos, com custos extraordinariamente elevados. Além disso, utiliza boa parte dos recursos da Eletrobrás e já interfere no caixa de Itaipu, que ficará disponível após 2023, quando a empresa pagará sua última dívida.

Em outras palavras, foi feita sem maiores discussões uma reforma do setor elétrico que causará grandes custos para o sistema e, especialmente, para o consumidor final. Um desastre de grandes proporções. Começar algo bem-vindo – a privatização da Eletrobrás – com custos associados de tal magnitude parece absolutamente fora de propósito.

Em terceiro lugar, chamaria a atenção para a inusitada destruição do regime orçamentário que resultou na entrega de R\$ 35 bilhões para emendas parlamentares. Considerando que o Executivo não terá nos próximos anos mais que 0,7% do PIB (ou menos de R\$ 60 bilhões) para investimento e que essas emendas têm sempre um caráter paroquial, resulta que a capacidade de investimento do governo federal ficará definitivamente comprometida em favor de reforma de praças e da aquisição de pás carregadeiras.

Há vários riscos ainda relevantes na trajetória da recuperação do PIB neste ano, a saber:

- Os impactos do recrudescimento da covid-19, numa terceira onda que poderá conter a cepa indiana;

- Muitas empresas (25%, segundo a FGV) ainda relatam dificuldades com a obtenção de matérias-primas, partes e peças. Por exemplo, a GM vai fechar por três semanas sua fábrica de São Caetano;

- A escassez de água nos reservatórios já implicou utilização da bandeira vermelha, com impactos na inflação. Além disso, uma aceleração maior da produção poderá levar no terceiro trimestre a restrições no fornecimento de energia elétrica;



Lei desorganizará mercado elétrico e aumentará tarifas. Por **Mauricio Tolmasquim e Nelson Hubner**

A MP do absurdo

Numa manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregório Suma desce por si na cama transformado num gigantesco inseto. Exata detalhe sobre o dorso, tão duro que parecia revestido de metal e, ao levantar um pouco a cabeça, divisa o arredondado ventre castanho dividido em duas segmentos arqueados, sobre o qual a colcha dificilmente mantém a posição e escapa a ponto de encovergir. Comparadas com o resto do corpo, as lindas pernas, que eram miseravelmente finas, agitam-se desproporcionadamente diante de seus olhos. Que me aconteceu? — pensa.

Kafka traduz o desespero de um homem perante o absurdo. A medida provisória (MP) sobre a privatização da Eletrobras recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados, nos transporta para uma realidade parecida com a vivenciada por Gregório Suma. A MP foi supostamente elaborada para alocar investimentos para a expansão dos setores elétricos, aumentar a competitividade e beneficiar os consumidores. No entanto, terá efeitos dramaticamente opostos.

A estruturação de votos recebidos pelo substitutivo espelha a sua capacidade de atender a uma miríade de grupos de interesses, sem se importar com o consumidor. Contrariando a lógica econômica, a legislação impõe a contratação de 6.000 MW de termelétricas em regiões afastadas do mercado consumidor. Por caminhos tortuosos, força a construção de gasodutos onerosos ao estipular que a localização das usinas deve ser em pontos que não possam suprir o gás. A localização preta das usinas obriga a realização de leilões regionais, limitando sobremaneira o número de competidores. Em desrespeito ao consumidor e em desconformidade com o meio ambiente, o texto obriga ainda as termelétricas a funcionarem com alto grau de ineficiência, desperdiçando a energia gerada pelas fontes eólica, solar e hidroelétrica nos momentos de abundância de recursos naturais renováveis.

Não se pode, contudo, acusar o relatório de visado em favor de uma única fonte. As propostas centrais hidroelétricas não foram esquecidas. Contrariando a base de um mercado competitivo, a legislação cria uma generosa reserva de mercado para esta fonte energética, alocando-a com 40% a 50% do mercado dos leilões

regulados. Os atributos de renovabilidade da fonte não são suficientes para justificar tamanha generosidade com os recursos do consumidor, sobretudo quando se sabe que a sua contratação no último leilão saiu por mais que o dobro das energias eólica e solar.

A reserva de mercado não se limita às duas fontes energéticas, ela também se estende a alguns empreendimentos específicos. A legislação autoriza que os contratos das usinas do Programa de Fomento Alternativo de Energia (Proinda) que expiram a partir de 2016, sejam prorrogados por mais vinte anos. Como se não bastasse este benefício, a legislação também confere um preço garantido para a contratação destas usinas. Os contratos deverão ser prorrogados pelo preço atual ao preço tido do Leilão A-6 de 2019, valor bem superior aos resultados do processo competitivo.

A reserva de mercado concedida a algumas fontes energéticas e a certos grupos fere o marco regulatório atual

O aumento da tarifa de energia está no DNA da proposta aprovada. Ela retira do consumidor o benefício atualmente usufruído pela geração mais barata de usinas hidroelétricas americanas. Permite que a Eletrobras venda essa energia por valor que pode atingir até três vezes o valor atualmente pago pelo consumidor. A diferença de preços implicará uma transferência de renda de algumas centenas de bilhões de reais dos consumidores de energia para o Tesouro e certos setores nos próximos 30 anos.

Parte importante do excedente econômico será repartido entre a União e programas regionais tais como: revitalização de bacias nas regiões Nordeste e Sudeste e a geração na Amazônia. Assim, garante-se que os grupos de interesse regionais também tenham o seu quinhão.

Assim parte dos ganhos futuros que o consumidor teria com o fim do pagamento do financiamento da usina de Itaipu são alocados pela legislação. O fim do pagamento da dívida assumida para a construção da usina, paga por tarifa em dólar pelos consumidores, permitirá conter a todos o benefício de uma energia mais barata. O resto aprovado deriva parte do excedente econômico a ser gerado

por Itaipu, dos consumidores de energia para os programas de desenvolvimento regional e de transferência de renda. Por mais justo que sejam estes programas, retirar do consumidor de energia elétrica os recursos financeiros que poderiam ser utilizados para baratear a tarifa reduz a competitividade da economia, em especial da indústria nacional, e é socialmente injusto.

Interessante que a argumentação original da MP é garantir uma Eletrobras privada com dinheiro em caixa para aplicar na expansão do sistema elétrico, como se a atração de investimentos fosse um problema. Contudo, não faltam investimentos no setor.

Os contratos de longo prazo resultantes dos leilões garantem uma previsibilidade de receita para o investidor e acesso a financiamento. Entre 2005 e 2018, a capacidade instalada de geração cresceu 70%, muito mais que a economia. Quase 80% deste investimento foi feito pelo capital privado, atraído sobretudo pelos contratos de longo prazo oferecidos nos leilões de compra de energia e mais recentemente pelas oportunidades no mercado livre. Os leilões A-3 e A-4 deste ano instituíram uma oferta mais de cinco vezes maior do que o necessário para atender o crescimento anual médio da demanda de energia.

A competição tão aborrecida sairá profundamente afetada. A reserva de mercado concedida a algumas fontes energéticas e a certos grupos fere o imaginário mesmo do marco regulatório atual, que é de competição através de leilões públicos no mercado livre. Além disso, a legislação dará a uma Eletrobras privada um enorme poder de mercado com efeitos perversos para uma competição justa, seja no mercado regulado seja no mercado livre.

O consumidor de energia elétrica será o grande perdedor de todo este processo. A MP encaminha como mecanismo de aumento de eficiência econômica, deverá causar uma desorganização do mercado elétrico e aumentar as tarifas para o consumidor. Se nada for feito, o consumidor é imagine de Gregório Suma, em breve acordará acordado pensando, "o que me aconteceu?"

Maurício T. Tolmasquim é professor titular do Curso (FAP) e presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Nelson Hubner** é consultor do Diretor de Regulação Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Por **Mauricio Tolmasquim e Nelson Hubner**

28/05/2021 05h00 · Atualizado há 3 dias

Quanto valem os jabutis da privatização da Eletrobras?

Proposta aprovada na Câmara cria cotas, reservas de mercado e custos sem uma análise de seus impactos



Paulo Pedrosa

Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

O mercado apoiou um grande acordo que quase deu quórum constitucional à [Medida Provisória de capitalização da Eletrobras](#). O podcast de uma grande assessoria de investimentos expôs a resignação com o fato de que “o Brasil não é uma Suíça” e admitiu que os jabutis introduzidos no projeto valeriam a privatização.

A MP original do governo era boa. A mudança recente na presidência da empresa apontava para o melhor projeto possível, mas a proposta aprovada na Câmara embute uma minirreforma do setor elétrico que consagra as práticas que queimaram uma oportunidade do Brasil: a de ter uma energia barata e competitiva.

Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) e doutor em economia.

SEGUIR



CONGRESSO NACIONAL • SENADO

Festa do Santo Reis

Os muitos pedágios cobrados para privatizar a Eletrobras



O relatório sobre a medida provisória de privatização da Eletrobras torna irresistível resgatar a letra da música “A Festa do Santo Reis”, cantada por Tim Maia com seu ritmo inesquecível. “Eles chegam tocando sanfona e violão”, o que anuncia uma confraternização. A alegria, contudo, dura pouco. “Eles vão levando, levando o que pode. Se deixar com eles, levam até os bodes.”

A Eletrobras é uma empresa controlada pelo governo, o que significa que seus principais acionistas são os brasileiros. Estatais, porém, tendem a ser ineficientes e a cobrar caro pelos seus serviços. Privatizá-las pode ser uma boa ideia.

Reportagens

- Valor Econômico
- Folha de S. Paulo
- O Globo
- O Estado de S. Paulo
- Correio Braziliense
- O Povo

"Vamos passar oito horas discutindo investimentos no país, mas para tentar adiar uma discussão de discurso dos partidos e permitir que os mais polêmicos por causa da obstrução", disse.

MP da Eletrobras reativa lobby por 'supergasodutos'

Daniel Rittner e Raphael Di Couto
De Brasília

O lobby no Congresso Nacional para colocar usinas térmicas movidas a gás natural na base do sistema elétrico, independentemente do preço, foi reativado com força na tramitação da medida provisória que autoriza o governo a privatizar a Eletrobras.

Esse plano prevê a interiorização de gasodutos bilionários e a construção de térmicas chamadas de "inflexíveis" — que quase nunca desligam — em Estados onde hoje o insumo praticamente não chega. Os defensores da ideia alegam que é preciso reforçar a segurança energética local e usam o apagão no Amapá, que em novembro passou 22 dias no escuro, como exemplo da necessidade de erguer novas usinas.

Para saírem do papel, no entanto, esses dutos precisarão de pesados subsídios. Em várias ocasiões anteriores, como no projeto de lei de repactuação do risco hidrológico ou no novo marco legal do gás, parlamentares tentaram emplacar o plano.

Segundo diversas fontes da iniciativa privada e do próprio governo, um dos principais interessados é o empresário Carlos Suarez, que fundou a construtora OAS com outros dois sócios. Suas empresas já detêm autorizações — todas anteriores à antiga Lei do

Gás de 2009 — para quase cinco mil quilômetros de novos dutos.

A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) tem defendido abertamente o impulso à ampliação das redes. Suarez também tem participação acionária em oito distribuidoras estaduais — entre elas a de Goiás, de Rondônia, de Brasília e do Maranhão — que poderiam se beneficiar com isso.

O deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), relator da MP da Eletrobras, ressuscitou o assunto das térmicas inflexíveis em seu parecer preliminar. A importância dada ao tema por Elmar ficou clara na exposição informal que ele fez, na terça-feira, a líderes dos partidos da base do governo.

Na apresentação, o deputado dedicou três slides especificamente para defender o estímulo aos gasodutos e às térmicas movidas pelo combustível. Embora esse ponto não estivesse no texto original da MP, ganhou mais espaço na apresentação de Elmar do que qualquer outra mudança.

Antes mesmo de ter sido designado relator, no prazo regimental para emendas parlamentares à MP, ele já havia protocolado sugestão nessa linha. Desta vez, disse Elmar, os ministérios da Economia e de Minas e Energia concordaram com a iniciativa. Ele espera, assim, viabilizar a contratação de cerca de seis mil megawatts (MW) de ener-

gia em térmicas inflexíveis a gás e frisa que isso se tornou fundamental para aliviar a escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas. "Hoje tem necessidade de contratar 12 mil MW para o país não entrar em racionamento se a economia crescer. Eu coloquei a substituição de seis mil MW das térmicas de óleo diesel, que são mais caras, pelas de gás", afirmou Elmar.

Pelo parecer, os gasodutos seriam bancados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo que recai sobre todos os consumidores e encarece as tarifas de energia.

Para alimentar a CDE, Elmar propôs usar o superávit financeiro

da usina binacional de Itaipu, que termina de pagar seus empréstimos em 2023. Depois disso, fica com mais da metade de suas atuais receitas livres para outras utilizações. Para os críticos, entretanto, engessar os recursos de Itaipu pelas próximas décadas é uma decisão estratégica demais para ser tomada por meio de uma emenda e sem discussões mais profundas.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro vetou artigo incluído pelo Congresso em projeto de lei para criar o Brasduto, fundo que bancaria a construção de gasodutos com royalties do pré-sal.

Nos bastidores, fontes graduadas do governo afirmam que não

apoiam a proposta de Elmar. Não há nada contra a contratação de mais térmicas a gás, mas eles são desfavoráveis a gasodutos bilionários e altamente subsidiados cruzando o país para viabilizá-los.

A reclamação da indústria é mais eloquente. O presidente da Abrace (associação que reúne grandes consumidores industriais de energia), Paulo Pedrosa, diz que já houve dez tentativas de emplacar esse plano em medidas provisórias ou projetos de lei.

"Ninguém é contra as térmicas por si só. Se a térmica inflexível for na saída do gasoduto de escoamento, no litoral de São Paulo ou de Rio de Janeiro, ela pode até

mostrar-se viável. Mas por mérito, não por mágica", observa Pedrosa.

Para o presidente da consultoria PSR, Luiz Barros, levar gasodutos até mercados de menor tamanho não faz sentido econômico, além de haver opções menos onerosas para garantir a segurança energética local, como fontes renováveis ou até mais linhas de transmissão.

"Térmicas a gás inflexíveis de fato enchem reservatório, da mesma forma que usinas a biomassa de cana, eólicas e solares. O sistema tem um preço máximo que topa pagar por essa inflexibilidade, dada as alternativas, e esse deve ser o cerne da discussão, sob o risco de pressionar tarifas já nas nuvens."



Elmar: relator da MP defende estímulo a gasodutos, bancados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo que recai sobre consumidores

Indústria se mobiliza para tirar 'jabutis' de MP da Eletrobras

Criticos dizem que texto é 'desequilibrado' e aumentará conta de luz

Nicola Pampolina

NO DIA 10 DE JANEIRO, Associações ligadas à indústria e a investidores do setor elétrico iniciaram uma mobilização para tentar reverter no Senado a inclusão de "jabutis" na medida provisória que abre caminhos para a privatização da Eletrobras, aprovada na Câmara na última quinta (19). Eles defendem que as mudanças feitas no texto resultarão em maior pressão sobre a conta de luz e prejudicarão grandes consumidores, com impactos também no custo dos bens industriais. As alterações feitas pelo relator da matéria, o deputado Elmar Nascimento (DEM-RN), pegaram o setor de surpresa. A privatização da Eletrobras vem sendo discutida pelo Congresso desde 2016, mas empacou na resistência de partidos de oposição. Há cerca de três meses, o governo Jair Bolsonaro criou aos parlamentares uma MP para tentar destrancar o processo. Ocorrendo o voto, o deputado diz que o relatório de Nascimento e a reserva de mercado para térmicas e pequenas centrais hidroelétricas que podem custar mais caro ao consumidor, ao reduzir a competição em leilões para a contratação de energia. Na semana passada, as associações ligadas à indústria divulgaram um manifesto em que classificam as mudanças como "danosas à sociedade". Em outra frente, o Fae (Fórum de Associações do Setor Elétrico), que compreende 26 entidades, disse que o projeto é "desequilibrado". Nascimento determinou a contratação de 6 gigawatts (GW) em térmicas a gás nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e de outros 2 GW em pequenas centrais hidroelétricas, reservando ainda 40% da demanda futura de energia a essa fonte. Os relatores dizem que a contratação de térmicas alonga a oferta de gás natural e dos centros consumidores implicará elevados custos com o transporte do combustível e a transmissão da energia por longas distâncias. Sobre a compra obrigatória



O deputado Elmar Nascimento (DEM-RN), relator na Câmara da MP que abre caminho para a privatização da Eletrobras, texto foi para o Senado. Foto: Valério Lemos/Agência Brasil

Pontos da MP da Eletrobras

Técnicas Lage a contratação de técnicas a gás natural, pequenas centrais hidroelétricas e protege o Proinfa (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica).

Ações remuneradas Os funcionários poderão cobrar ações remuneradas da União.

ria da produção de pequenas centrais hidroelétricas, dizem que a disputa entre diferentes fontes nos leilões realizados pelo governo ajudará a baixar os preços de contratação de energia nova.

"Reserva de mercado sempre diminuirá a competição e encarecerá a tarifa para o consumidor e os custos para o setor elétrico", diz o presidente do Fae, Mario Menel.

da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), Rodrigo Siqueira. Senata diz que outro jabuti é a renúncia de contratos de geração em conta studies pelo Proinfa (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) que já estão em vigor, mas com amortizados, também prejudica a concorrência no setor. As associações reclamam ainda da proposta de distribuir parte da receita com a venda das ações da estatal só entre os consumidores do chamado mercado cativo, aqueles que são clientes de distribuidoras de eletricidade. O presidente da Absolar, a associação Brasileira dos Geradores de Energia, Paulo Pedrosa, diz que Nascimento quer fazer uma "varredura" do setor elétrico, passando por cima de órgãos responsáveis pelo planejamento, como a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e o MME (Ministério de Minas e Energia).

O setor ainda tenta silenciar os efeitos na conta de luz. Se, por um lado, parte da receita será usada para abastecer a produção de energia, de outro, o preço da energia será mais caro, devido ao custo de transporte e manutenção das térmicas a gás longo da conta e da menor competição nos leilões de energia. Um efeito an-

Privatização ficou com preço alto na forma como foi aprovada na Câmara

OPINIÃO

Paulo Pedrosa
Presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica (Absolar) e do Conselho Nacional de Energia e Gás

O mercado apostou um grande acordo que quase desequilibrava constitucionalmente a MP de capitalização da Eletrobras. O produto de uma grande assembleia de investidores se pôs a resignação com o fato de que "o Brasil não é uma Suíça" e reconheceu que em "jabutis" introduzidos no projeto valeriam a privatização. A MP original do governo era, em sua essência, uma privatização da empresa apontada para o setor elétrico que conservava as práticas que garantiam uma oportunidade de lucro para o Brasil de ter uma energia barata e competitiva. O projeto original previa a reserva de mercado para térmicas e pequenas centrais hidroelétricas, o que, depois, limitou a transmissão que tratava a energia para os centros de consumo. Foi com o auxílio de grandes grupos de pressão que o projeto chegou ao Senado. Agora temos um projeto original do governo e o projeto de Nascimento. O projeto de Nascimento é um projeto de longo prazo. A proposta, assim, não se contraria de esboços feitos pelo governo e pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Elétrica) para tentar reduzir a conta de luz, como a aprovação de projetos para desenvolver as pequenas centrais hidroelétricas em áreas remotas e a criação de uma nova fonte de energia. Menel diz que as modificações feitas por Nascimento não foram discutidas com o setor, ao contrário do projeto original do governo. Menel, e que o setor agora vai tentar debater com o Senado. "Agora temos um projeto original do governo e o projeto de Nascimento", afirma. O projeto de Nascimento é um projeto de longo prazo. A proposta, assim, não se contraria de esboços feitos pelo governo e pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Elétrica) para tentar reduzir a conta de luz, como a aprovação de projetos para desenvolver as pequenas centrais hidroelétricas em áreas remotas e a criação de uma nova fonte de energia. Menel diz que as modificações feitas por Nascimento não foram discutidas com o setor, ao contrário do projeto original do governo. Menel, e que o setor agora vai tentar debater com o Senado. "Agora temos um projeto original do governo e o projeto de Nascimento", afirma.

Os resultados não são os por exemplo, impostos excessivos) também gerando custos adicionais que serão pagos pela energia e das térmicas. Por exemplo, a reserva de mercado para térmicas e pequenas centrais hidroelétricas, o que, depois, limitou a transmissão que tratava a energia para os centros de consumo. Foi com o auxílio de grandes grupos de pressão que o projeto chegou ao Senado. Agora temos um projeto original do governo e o projeto de Nascimento. O projeto de Nascimento é um projeto de longo prazo. A proposta, assim, não se contraria de esboços feitos pelo governo e pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Elétrica) para tentar reduzir a conta de luz, como a aprovação de projetos para desenvolver as pequenas centrais hidroelétricas em áreas remotas e a criação de uma nova fonte de energia. Menel diz que as modificações feitas por Nascimento não foram discutidas com o setor, ao contrário do projeto original do governo. Menel, e que o setor agora vai tentar debater com o Senado. "Agora temos um projeto original do governo e o projeto de Nascimento", afirma.

TDR, Miriam Leitão, QUA, Dora Luff, QUA, Miriam Leitão, SEX, Rogério Werneck (quintada), Fábio Santiago (quintada), SÁB, Carlos Góes (quintada), Claudio Ferraz (sexta), Nina Porto (sexta), DOM, Miriam Leitão

PANORAMA ECONÔMICO

opinionista.br/colunista/miriamleitao
 @miriamleitao
 Por Alvaro Cristóbal



Setor elétrico em novo curto-circuito

O setor elétrico passa por um novo período de curto-circuito, com muitas más notícias que devem pressionar as tarifas de energia no ano que vem. Os passivos vêm se acumulando na conta de luz, o nível de água dos reservatórios é criticamente baixo, e o parecer do deputado Elmar Nascimento sobre a privatização da Eletrobras foi tão mal recebido que especialistas passaram a defender que é melhor deixar a empresa como está do que aprovar o seu texto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sumiu das discussões, e o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, não tem demonstrado força e disposição para barrar as demandas que o centrão tem sobre as muitas estatais do setor.

A explicação de um técnico do setor elétrico é a de que o país ainda nem pagou a conta da pandemia do ano passado — quando houve adiamento nos reajustes de energia — e já começou a acumular novos passivos este ano. O nível baixo dos reservatórios levou o governo a acionar as termelétricas mais caras e, pelos cálculos da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), somente de janeiro a abril os consumidores terão uma conta de R\$ 5,4 bilhões a pagar. No mercado, há estimativas de que esse número possa chegar a R\$ 30 bilhões até dezembro. Do ano passado, o país herdou um buraco de R\$ 10 bi, e duas MPs aprovadas em 2021 acrescentaram mais R\$ 2 bilhões sob a forma de encargos.

— Esse era o quadro até o parecer do deputado Elmar Nascimento, que incluiu no texto uma série de jabutis, ou seja, projetos que nada têm a ver com a privatização da Eletrobras. Eles aumentam custos para o consumidor final e levam o setor elétrico novamente ao passado — disse o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa.

Nascimento incorporou 70 emendas apresentadas à MP da privatização da empresa, diminuindo ativos da companhia e aumentando verbas para destinação política. A Codevasf, estatal de fomento da bacia do Rio São Francisco, foi uma das beneficiadas. Ela tem sido usada por aliados do governo no recebimento de recursos do chamado orçamento secreto.

PROJEÇÕES DE MERCADO

Pesquisa Focus, variação nas últimas 4 semanas

	2021	2022
PIB	3,04% para 3,45%	2,33% para 2,38%
IPCA	4,89% para 5,15%	3,55% para 3,64%
Selic	5,25% para 5,5%	6% para 6,5%

Fonte: Banco Central

Editoria de Arte

A alta do dólar nos últimos 12 meses impacta as tarifas da usina de Itaipu, e o forte aumento do IGP-M bate nos reajustes anuais dos contratos das distribuidoras de energia. Além disso, houve um erro nas bandeiras tarifárias, que ficaram com sinalização amarela de janeiro a abril, quando o quadro já havia se agravado.

O presidente Jair Bolsonaro começou a culpar a falta de chuvas para justificar os aumentos que virão na conta de luz. Essa é só uma parte do problema, mas ele deve mesmo se preocupar. Um tarifaço na conta de energia irá atrapalhar seus planos na tentativa de reeleição no que vem. O risco é que ele tente segurar os preços, o que só aumentaria a crise e os problemas do setor.

MAIS PIB, JUROS E INFLAÇÃO

O mercado financeiro tem aumentado as projeções do PIB nas últimas semanas, depois da avaliação de que o choque da segunda onda da pandemia foi menos intenso do que o esperado. O grande problema é que isso ocorreu, entre outros motivos, porque o isolamento social foi menor do que o recomendável, o que agravou o número de mortes. Além disso, como mostra a tabela ao lado, as revisões no PIB vieram acompanhadas de aumento de inflação e de juros. Por isso, as expectativas para o ano que vem continuam sendo de crescimento baixo.

RASTROS DE EX-MINISTROS

O depoimento do ex-chanceler Ernesto Araújo, hoje, abrirá uma semana que promete ser quente na CPI da pandemia. Ontem, já foi pedida a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e de e-mails de Araújo, e senadores da oposição vêm montando estratégia para que o silêncio do ex-ministro Eduardo Pazuello, no depoimento de amanhã, sirva de caminho para novas investigações. "A ideia é que as perguntas deixem o mais claro possível quais são os pontos que ele pretende esconder", explicou o senador Alessandro Vieira, ex-delegado da Polícia Civil.

Miriam Leitão está de férias.

Economia vê risco de energia mais cara

Com pouca chuva e níveis baixos dos reservatórios, ministério admite que preço da eletricidade pode subir e puxar a inflação para cima

Lorena Rodrigues
Eduardo Rodrigues / BRASILIA

Com os reservatórios de usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste em baixa, o aumento do custo de energia e o possível impacto na inflação entraram no radar da equipe econômica. Ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que o risco hidrológico pode afetar tanto os preços como a recuperação da economia em

2021. "Hoje estamos na bandeira vermelha 1 (nas contas de luz). Se ele insistir e piorar, podemos ir para a bandeira vermelha 2. Então há um risco na inflação", afirmou. Sachsida lembrou que o País corre esse risco hidrológico apesar de dez anos de crescimento baixo da economia. "Isso mostra que temos um problema não apenas conjuntural, de chuvas, mas que temos um problema estrutural também. Isso reforça a importância do processo de concessões e priva-



Cenário. Temos um problema estrutural, diz Sachsida

tizações, e de marcos legais mais eficientes", completou. O governo divulgou novas projeções para a economia e a inflação neste e nos próximos anos. Em relação à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 4,42% para 5,05%. Para 2022, a projeção permaneceu em 3,50%.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 5,15% em 2021 e de 3,64% em 2022.

O Ministério da Economia revisou também para cima sua previsão para a atividade econômica e espera agora uma alta de 3,50% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 3,20% estimado no Boletim Macroeconômico de março.

Para 2022, a estimativa de alta no PIB permaneceu em 2,50%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024 e 2025 - todas também em 2,50%. "Essa é uma projeção conservadora. Vários analistas de mercado estão projetando crescimento acima de 4,0% para o PIB deste ano. A nossa estimativa é conservadora, mas reflete o bom momento que estamos vivendo no lado econômico", afirmou Sachsida.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou que a nova projeção da pasta para a evolução do PIB reflete

os novos dados da atividade econômica. "Dados importantes foram divulgados pela Receita Federal, com reflexo no resultado do Governo Central. No mês passado mostramos um superávit primário no primeiro trimestre, reflexo de uma retomada da economia, com mais receita. Os primeiros quatro meses de arrecadação dos Estados mostram um crescimento de mais de 15%, alguns Estados com alta de mais de 30% (no recolhimento) de ICMS", destacou.

Meta. Todas as projeções para a inflação em 2021 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,75%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,25% a 5,25%). No caso de 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (2,00% a 5,00%).

O Ministério da Economia também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 4,27% para 5,05%.

Já a estimativa da Economia para a alta do IGP-DI em 2021 deu um salto de 5,06% para 15,21%. Para o próximo ano, a projeção passou de 3,57% para 4,26%.

O subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Fausto Vieira, explicou que, no caso específico do IGP-DI, pesou o preço das commodities.

ESTADÃO

Economia & Negócios

Lorena Rodrigues e Eduardo Rodrigues, O Estado de S. Paulo

18 de maio de 2021 | 09h53

Atualizado 18 de maio de 2021 | 13h47



Texto aprovado pela Câmara impõe golpe ao desenvolvimento das energias renováveis

| ELETROBRAS | A privatização da estatal tramitava abaixo do radar até que o texto do relator foi apresentado com medidas que beneficiam a produção de energia por termelétricas, inclusive no Nordeste, região com maior potencial para gerar energia limpa

SAMUEL PIMENTEL
samuel.pimentel@globo.com.br

Circulado de muita pressa, a discussão da Medida Provisória (MP) de privatização da Eletrobras que chegou ao Congresso pode significar não só o aumento da participação privada na companhia, mas mudanças no setor energético brasileiro. Outro ponto notável é a falta de compromisso com a revitalização da matriz energética brasileira para opções mais sustentáveis e baratas. Segundo análises feitas pelo CIPRO, há, sem, risco de que a redução em transmissão possa encorajar a falta de energia. O texto da MP foi aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados e, antes, já, teve defendido o seu relator para o Senado, o governador Marcos Rogério (DEM).

A expectativa do Governo é que a proposta, uma das promessas da equipe econômica de Paulo Guedes na numerosa lista de privatizações, seja aprovada sem mais modificações e com inclusão de novas "jabutis".

O projeto de política se refere aos setores que vão ser de acionistas no projeto, segundo o entendimento dos políticos. E essas MP valeriam exemplos que podem gerar impactos positivos e por longo



A CSP é autossuficiente em produção de energia elétrica, por meio de sua termelétrica a gás



NORDESTE

O Consórcio Nordeste divulgou nota contrária à aprovação da privatização da Eletrobras. "O Brasil enfrenta uma grave crise econômica e social, em que o aumento da pobreza e do desemprego caminham junto com a inflação, que está corroendo o poder de compra das famílias. Ressalte-se que a energia elétrica representa aproximadamente 40% dos custos industriais, ou seja, um aumento deve refletir sobre toda a cadeia produtiva."

Análise do mercado.

Proposta aprovada gera críticas pela quantidade de "jabutis"

A MP de privatização da Eletrobras aprovada na Câmara promove mudanças que vão além do mérito inicial proposto pelo Governo quando entregou a proposta ao Legislativo ainda em fevereiro. A inclusão de "jabutis" faz com que seja realizada uma minirreforma do setor elétrico nacional.

Ilan Arbetman, analista de research da Ativa Investimentos, observa que o projeto é complexo por natureza, em tramitação há bastante tempo, mas que foi acelerada a tramitação como forma do Governo reaver a confiança do mercado após a interferência no comando de outra estatal, a Petrobras.

A estatal de energia representa 30% da capacidade de geração e 50% das linhas de transmissão do Brasil, destaca o analista ao lembrar que, mesmo sendo dona desse grande aporte, a companhia vinha perdendo mercado por falta de competitividade, o que aliado às interferências políticas, acabava impactando no valor da energia paga. No entanto, Arbetman entende que o texto não é o ideal

e precisaria de mais discussão com os setores interessados.

"É claro que essa companhia precisa de processos mais bem direcionados para melhorar. A capitalização foi positiva, mas vemos com certa distância a forma pela qual o projeto está sendo passado, especialmente alguns pontos em que membros do setor já fizeram contas de forma mais clara e a exigência de comprar energia térmica, oneraria o consumidor", afirma o analista.

Ele ainda espera que o texto seja revisto no Senado e os "jabutis" retirados a tempo de nova revisão na Câmara. O grande problema nesse cenário é o prazo, já que a MP expira no próximo dia 22 de junho.

Para o membro do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), Wandemberg Almeida, o movimento apressado da MP é preocupante por ser um setor chave para a economia. Ele critica que a proposta poderia priorizar mais ações na mudança de matriz energética para fontes mais limpas, ao invés de termos essas concessões para as que são mais poluidoras.

Product: O Globo PubDate: 13-05-2021 Zirc: Nacional Edition: 1 Page: PAGINA_A8 User: Adminem Time: 05-13-2021 22:15 Color: B

26 | Economia

Quinta-feira 13.5.2021 | O GLOBO

Eletrobras: governo tenta mudar relatório

Diante da avaliação de que proposta inviabiliza privatização da estatal, integrantes do Executivo se reúnem com deputado Elmar Nascimento para buscar alterações no texto. Parlamentar recua da ideia de deixar R\$ 5,8 bilhões sob gestão da Codevasf

MANOEL VENTURA
Jornalista da Agência O Globo

Depois de o relatório da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, apresentado pelo deputado federal Elmar Nascimento (DEM-BA), desagradar ao governo, integrantes dos ministérios da Economia e de Minas e Energia e da Casa Civil tiveram reuniões com o parlamentar na terça-feira e ontem. A ideia é fazer com que ele mude seu texto, que, na opinião de técnicos do governo, inviabiliza a privatização.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também deve conversar nesta semana com o deputado. O governo tem dito a Nascimento que mudanças feitas na proposta podem impedir a operação de venda da estatal. Logo antes do Executivo afirmar nos bastidores que, do jeito que o relatório da MP foi apresentado, não adianta sequer aprovar a proposta.

Nascimento disse ao GLOBO que as conversas com o governo "avancaram bastante", mas que o texto precisa ter o apoio dos líderes. —O relatório não é meu, ele precisa ter amparo na maioria dos líderes da base aliada ao governo. O que foi bancado pelos líderes, vou colocar no relatório — disse, negando que as mudanças impeçam a operação. — Todos os pontos que

representem algum empecilho serão retirados.

Apesar do tom amistoso, o governo diz internamente que o relatório não foi "convencido" de que é necessário fazer mudanças no texto. Ainda não há o texto oficial que será votado. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é votar a MP na próxima terça-feira. O texto precisa ser analisado até o dia 22 de junho na Câmara e no Senado para não perder a validade.

APOIO DA MAIORIA

Alguns pontos do relatório chamaram a atenção do governo, como uma permissão para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) intervir no mercado e a possibilidade de criar em lei uma divida de R\$ 80 bilhões para a estatal. Nascimento disse que vai analisar as sugestões enviadas pelo governo antes de tomar uma decisão, ressaltando que o texto votado precisa ter apoio da maioria.

Um dos idealizadores do modelo da privatização da Eletrobras, durante a gestão Michel Temer, o engenheiro Paulo Pedrosa avalia que, da forma como o relatório da MP foi apresentado, é melhor o governo abrir mão da privatização. Atual presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abace), ele afirma que o parecer cria custos para o setor.



Linhas de transmissão. Relatório prevê que Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderá intervir no mercado



"O parecer do relator repete o que fez do Brasil o país da energia barata e da conta cara. Cria reserva de mercado e compras compulsórias, contra o que o setor deve ser, livre e com competição"

Paulo Pedrosa,
presidente da Abace

— Do jeito que está o relatório, é melhor não aprovar a MP. É melhor esgarçar a Eletrobras e fazer dela uma empresa pagadora de dividendos — disse Pedrosa, acrescentando: — A indústria entende que o importante é avançar na modernização do setor elétrico. Em vez de apontar no rumo certo, o relatório está apontando no errado, que cria competitividade, investimentos e emprego do país.

Pedrosa destaca também que o relatório prevê a contratação de usinas termelétricas em locais específicos, que obriga o consumidor a pagar pelo custo de gasodutos — que, para ele, precisam

se justificar economicamente, e não por imposição legal. Segundo o texto, haveria também a necessidade de contratar pequenas usinas hidrelétricas em regiões predeterminadas, assim como a implementação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que obriga os consumidores a comprarem uma energia mais cara.

— O parecer do relator repete o que fez do Brasil o país da energia barata e da conta cara. Cria reserva de mercado e compras compulsórias, contra o que o setor deve ser, livre e com competição — critica.

Sobre esses pontos, o rela-

tor diz que está fazendo o que já estava previsto no planejamento energético do governo e que há demanda de deputados para isso.

AÇÕES TÊM QUE

O deputado pediu recuo de uma mudança que poderia fortalecer uma estatal fundo do Centro-Sul. Seriam destinados R\$ 1,5 bilhão por uma década para a revitalização da Baía do Rio São Francisco e do Parnaíba. E mais R\$ 2,3 bilhões por dez anos para os reservatórios de Furnas (a maior parte em Minas Gerais). No total, seriam R\$ 5,8 bilhões.

O relator propôs inicialmente que esse dinheiro fosse gerido pela diretoria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Agora, o recurso ficará sob responsabilidade de comitê comandado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

— Para evitar qualquer tipo de ruído, eu estou retroagindo a essa posição e colocando o comitê sob supervisão do MDR — disse Nascimento.

As mudanças nas regras que levaram o governo a prever dificuldades para a venda da empresa desanimaram o mercado financeiro. Ontem, os papéis ordinários da Eletrobras (ELET), em direito a voto) encerraram com queda de 4,62% e os preferenciais (ELET6, sem direito a voto), de 3,77%.



ESTELA

Privatização da Eletrobras e impactos em SC

O avanço do projeto de privatização da Eletrobras na Câmara dos Deputados causou uma série de apreensões, inclusive no setor privado, sempre favorável à redução da presença estatal na economia. Em Santa Catarina, estado que conta com forte presença da Eletrosul, sediada em Florianópolis, os alertas e críticas vieram de diversos lados.

Diante da projeção da Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace), de que os preços das tarifas podem subir de 10% a 20%, o presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiesc), Mário Cezar Aguiar, disse que a sociedade não suporta mais alta no custo da energia. A expectativa é de que o projeto seja alterado e seja encontrada solução sem alta de tarifas.

O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia da Grande Florianópolis, Mário Jorge Maia, a cidade e o Estado perdem se for privatizada a empresa. Segundo ele, a CGT Eletrosul – novo nome desde a fusão com empresa de energia térmica do RS – tem 1,1 mil servidores na Capital, que terão que ser deslocados para outras empresas.

Ex-funcionário da Eletrosul e presidente do Instituto Ideal de Energias Alternativas, Mauro Passos diz ser contra a privatização nesse período da pandemia. Ele vê risco de aumento na conta de luz e insegurança na expansão da geração de energia limpa no Brasil. O plano do governo federal é lançar mais ações e tornar a Eletrobras uma corporation, mas isso ainda vai exigir discussão. O Sinergia busca apoio para derrubar o projeto na Justiça.



**UNIÃO
PELA
ENERGIA**

CAPITALIZAÇÃO DA ELETROBRAS COMO O SENADO PODE MELHORAR A MP 1031

- A MP 1031/21 do governo, apresentada em fevereiro, fortalecia a Eletrobras e garantia sustentabilidade e competição no setor de energia.
- O texto original aponta para o futuro, está alinhado com a modernização do setor de energia e da economia brasileira.
- Porém, o texto aprovado na Câmara reduz a competição e a transparência ao criar reserva de mercado e subsídios cruzados.
- Mais da metade da tarifa de energia dos brasileiros são impostos, subsídios e encargos. O texto original aliviava essa distorção.
- Se aprovada como está, a MP da Eletrobras pode encarecer a conta de luz dos brasileiros e piorar a situação de indústrias e comércios que dependem da energia para produzir e gerar riqueza.
- Os aportes da Eletrobras na Conta de Desenvolvimento Energético podem aliviar o impacto para os consumidores e para a produção nacional. O aumento da energia pode encarecer produtos industrializados, aumentar o custo da cesta básica e reduzir o poder de compra dos brasileiros.
- A maior crise hídrica que o Brasil vive nos últimos 91 anos já vai pressionar as tarifas de energia em 2022. A privatização da Eletrobras pode aliviar essa pressão na conta de luz, se feita da maneira correta.

As associações do setor elétrico calcularam que a MP vai custar R\$ 41 bilhões em valor presente aos consumidores. E sobre isso são mais R\$ 16 bilhões em impostos. Contando os R\$ 10 bilhões para políticas públicas, o custo final é o equivalente ao valor de mercado da Eletrobras e 3 vezes o valor que o governo espera arrecadar com a operação.

Saiba quais os “jabutis” da MP da Eletrobras impactam fortemente os consumidores de energia:

- 1 Contratação obrigatória de 6.000 MW de termelétricas regionais, com preço teto elevado e baixa competição. O custo pode ser de R\$ 20 bilhões por ano e será pago pelos consumidores de energia.
- 2 Os recursos da descotização das usinas será usado na Conta de Desenvolvimento Energético apenas para o mercado cativo, aumentando as distorções e tirando a competitividade da indústria, que já pagou caro por essa energia.
- 3 Cria inseguranças jurídicas e prejudica empresas que se prepararam para investir e atuar no mercado. A prorrogação das usinas do PROINFA renova a obrigação dos consumidores pagarem pela reconstrução compulsória de uma energia mais cara e sem competição com outras fontes.
- 4 Atropela o Planejamento Energético do governo, criando reserva de Mercado para Pequenas Centrais Hidrelétricas e diminuindo a competição, que pode gerar energia mais barata para os consumidores. Essa obrigação tira espaço de outras fontes mais competitivas e renováveis, como na Região Nordeste.



**UNIÃO
PELA
ENERGIA**

Como os jabutis da Eletrobras podem afetar o bolso dos brasileiros:



Conta de luz

Aumento médio de 10% na tarifa do consumidor residencial.



Inflação

Custo de R\$ 20 bilhões por ano na tarifa de energia elétrica.



Empreendedores

A conta de energia de restaurantes, bares, shoppings e supermercados e vários pequenos comércios pode ter alta de até 20%.



Na cesta básica

A energia já é o segundo item de maior custo no orçamento de uma residência brasileira. E não dá para viver sem. Além disso, grande parte da energia está embutida nos preços de produtos do dia a dia:

34% do custo da carne é energia. O brasileiro gasta em média R\$ 823 por ano com carne. Vai passar a gastar a mais R\$ 56.

48% do custo do leite é energia. O brasileiro consome, em média, R\$ 272 em leite anualmente. Vai dispende a mais por ano R\$ 27.

28% do custo da cerveja vem da energia. O gasto médio anual do brasileiro com cerveja é de R\$ 682. Vai gastar a mais por ano R\$ 39.

O SENADO tem a chance de retirar os “Jabutis” da MP e aprovar uma boa privatização da Eletrobrás, para o bem do Brasil.

Manifesto do setor produtivo por uma capitalização da Eletrobras equilibrada

Como lideranças da indústria nacional, entendemos essencial a modernização da economia brasileira e a aprovação das reformas que reduzam o “Custo Brasil” e permitam o nosso desenvolvimento, dando competitividade à economia, gerando empregos, investimentos e renda para que os governos possam conduzir os necessários programas sociais no contexto pós-pandemia.

Por isso, nos dirigimos às lideranças políticas do país para pedir atenção à Medida Provisória de Capitalização da Eletrobras (MP 1031/21), em apreciação no Congresso.

É fundamental que essa Medida contribua para reverter a tendência de aumento do custo da energia no país e aponte para aprovação do Projeto de Modernização do Setor de Energia Elétrica (PL 414/21), também em tramitação na Câmara dos Deputados.

O setor de energia elétrica precisa transformar a enorme vantagem e vocação do Brasil pelas energias renováveis e as novas tendências tecnológicas em um ambiente moderno e de prosperidade, por meio da competição, da transparência e do poder de escolha dos consumidores, alocando corretamente os riscos, custos e benefícios.

Assim, somos contra a inserção de dispositivos que encareçam a energia no Brasil, seja pela obrigatoriedade de compra, pela inserção de subsídios a segmentos do setor elétrico, seja pela distribuição desigual dos benefícios entre todos os consumidores.

No nosso entendimento, as alterações tornam o projeto desequilibrado. Nessas condições, é melhor reavaliar a capitalização da Eletrobras e pensar em alternativas menos danosas à sociedade.

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio

ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland

ABFA – Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas em Geral, Usinagem, Artefatos de Ferro e Metais e Abrasivos

ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados

ABICLOR – Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados

ABIFA – Associação Brasileira de Fundição

ABIFINA – Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

ABIMAPI – Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ABIMETAL – Associação Brasileira da Indústria Processadora de Aço

ABIMO – Associação Brasileira Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios

ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABIOPTICA – Associação Brasileira da Indústria Óptica

ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico

ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química

ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

ABIVIDRO – Associação Brasileira das Indústrias de Vidro

ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil

ANACE – Associação Nacional dos Consumidores de Energia

ANFACER – Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ANICER – Associação Nacional da Indústria Cerâmica

ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento

CERVBRASIL – Associação Brasileira da Indústria da Cerveja

CICB – Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil

ELETROS – Associação Nacional de Produtos Eletroeletrônicos

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FIERSG – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores

IBRAC – Instituto Brasileiro da Cachaça

IDRAM – Mineração do Brasil

Instituto Aço Brasil

Grupo FarmaBrasil

SINPRIFERT – Sindicato nacional da indústria de matérias-primas para fertilizantes

SNIC – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

abal ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DO ALUMÍNIO

ab Associação
Brasileira de
Cimento Portland

abfa

ABICALÇADOS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FÁBRICAS DE
CALÇADOS DE PÉLOUÇA

abiclor

50 anos
ABIFA
Associação Brasileira de Fertilizantes

ABIFINA

ABIHPEC
Associação Brasileira da Indústria de
Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

abimapi
.COM.BR

ABIMAQ

ABIMETAL
Associação Brasileira da Indústria Metalúrgica do Rio
Grande do Sul

ABIMO
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIAS DE MOEDOS E EQUIPAMENTOS
MÓDULOS, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E DE LABORATÓRIOS

abnee

Abióptica

abiplast
Associação Brasileira da Indústria de Plásticos

ABIQUIM
Associação Brasileira da Indústria Química

ABIROCHAS
Associação Brasileira da
Indústria de
Rochas Ornamentais

Abit
BRASIL X CONTROLE

Abividro
Associação Brasileira das Indústrias de Vidro

ABRACE

ABRINQ
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS FABRICANTES
DE BRINQUEDOS

**Associação de
Comércio Exterior
do Brasil - AEB**

ANACE
Associação Nacional das Indústrias de
Automóveis do Brasil

ANFACER
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE CERRAMICA
PARA REVESTIMENTOS, LUGARES SANITÁRIOS E CONCRETO

ANFAVEA

ANICER
Associação Nacional de Indústrias de
Cabo e Fio

ASPACER
Associação Brasileira de
Indústria de Plásticos de Engenharia

CERVBRASIL
Associação Brasileira de Indústrias de
Cerveja e Bebidas Alcoólicas

CICB CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE
CURTUMES DO BRASIL

ELETROS
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FABRICANTES
DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS

FIEMG

FIEPE
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

FIERGS

Firjan SENAI
SESI
IEL
CIRJ

**Grupo
FarmaBrasil**

ibda
indústria brasileira de árvores

IBRAC
Instituto Brasileiro do Cachaça

IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL

**INSTITUTO
AÇO BRASIL**

Sinprifert

SNIC
SINDICATO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO CIMENTO

Manifesto do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) – MP 1031/2021

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), organização que congrega 26 associações setoriais, nesta manifestação representando a ABDAN, ABEEólica, ABEMI, ABIAPE, ABRACE, ABRACEEL, ABRADDEE, ABRAGE, ABSOLAR, ANACE E APINE entende ser essencial a modernização da economia brasileira e a aprovação das reformas que reduzam o “Custo Brasil”, dando competitividade à economia, gerando empregos, investimentos e renda, possibilitando a retomada do nosso desenvolvimento e permitindo que os governos possam conduzir os necessários programas sociais no contexto pós-pandemia.

Nesse contexto, nos dirigimos às lideranças políticas do país **para pedir atenção à Medida Provisória nº 1031/2021**, em apreciação no Congresso. É fundamental que essa Medida, junto com seu objetivo de possibilitar a capitalização da Eletrobras, contribua para reverter a tendência de aumento do custo da energia no país e aponte para a modernização do setor elétrico brasileiro.

O setor de energia elétrica precisa transformar a enorme vantagem e vocação do Brasil pelas energias limpas e as novas tendências tecnológicas em um ambiente moderno e de prosperidade, por meio da competição, da transparência e do poder de escolha dos consumidores, alocando corretamente os riscos, custos e benefícios.

Desta forma, somos contra a inserção na referida MP 1031 de dispositivos que afetem a livre competição entre agentes e que estabeleçam ações mandatórias sem o necessário respaldo técnico. Tais dispositivos distorcem o mercado e trazem efeitos de curto, médio e longo prazo que aumentarão o custo da energia elétrica no Brasil.

No nosso entendimento, as alterações propostas, tais como anunciadas na mídia, tornam o projeto desequilibrado, portanto, merecem ser reavaliadas com o devido cuidado.